

PONDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL NA CIDADE DE SALVADOR

João Max Conceição de Oliveira ¹

RESUMO

Este texto tece ponderações sobre a Educação Inclusiva, em escolas da rede pública estadual, na cidade de Salvador, a partir de pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, em andamento, realizada em duas Unidades de Ensino que acolhem estudantes com deficiência e transtornos diversos. Intenta-se provocar reflexões críticas sobre as tensões percebidas na relação inclusão/exclusão presentes no lócus escolar, avanços, dificuldades, demandas, considerando-se a escuta de pessoas que as vivenciam, a saber, representantes dos segmentos que compõe a escola – gestão, funcionários, estudantes, responsáveis e professores. Para tal, estabelecem-se esclarecimentos sobre aspectos da pesquisa, o percurso metodológico, servindo-se de considerações acerca do tema inclusão escolar e tópicos correlatos, notadamente, os estudos sobre deficiência, preconceito, políticas educacionais referendadas por estudiosos com larga experiência nos estudos sobre deficiência, manifestações de preconceito e educação inclusiva, dentre os quais, Maria Teresa Égler Mantoan, Luciene Silva e José Leon Crochík, tendo-se por base teórica a teoria crítica da sociedade nas reflexões sobre educação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Deficiência, Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A trajetória das pessoas com deficiência ao longo dos tempos, por diversas culturas, discorreu entremeadada por sofrimento, violência e discriminação. Estigmatizadas, eram entregues ao abandono, onde a imperfeição humana era vista na própria imagem. Tais percepções perpassaram por transformações que geraram, em certa medida, avanços no condizente ao reconhecimento enquanto seres humanos dignos de direitos comuns a todos. Na atualidade, no Brasil, em virtude dos enfrentamentos de pessoas e grupos da sociedade, dentre os quais a Federação Brasileira de Entidades de Cegos - FEBEC; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos - ONEDEF; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS, evidenciam-se lutas por garantias de direitos humanos, cidadania a todas as pessoas com deficiência e transtornos diversos.

Em diferentes campos, pessoas com deficiência já conseguem ter acesso físico aos recintos, ao conhecimento, ao trabalho, ter direitos comuns garantidos e assegurados,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – PPGEduc /UNEB, maxtempestatum@gmail.com.

mas estes avanços ainda são insuficientes visto que muito ainda precisa ser feito no sentido de gerar condições mais justas e igualitárias de vida na sociedade. Pessoas com deficiência sensorial, físico-motora, intelectual, com transtornos, em alguns espaços e situações, usufruem de melhorias, todavia insuficientes, dentre as quais, algumas precárias. Um recorte deste universo amplo, que muito pode contribuir sobre o lugar, a existência das pessoas com deficiência e transtornos na sociedade é a educação, mais especificamente a escola. O conceito de inclusão, entendido como garantias igualitárias para todas as pessoas às oportunidades e recursos na sociedade, nos permite problematizar questões distintas, dentre elas, direitos humanos, acessibilidade, preconceito, tecnologias e é no campo da educação que se propõe o estudo em questão. Sendo assim, assevera-se que tal conceito, a partir da perspectiva educacional, concebe que todas as pessoas têm direito a educação plena, com qualidade, de modo que na perspectiva da educação inclusiva, apresenta-se um campo promissor para o debate no sentido de verificar a prerrogativa conceitual aqui explicitada.

A Educação Especial, assim como o processo de inclusão, na escola pública, enquanto elemento fundamental da sociedade para propiciar a garantia de direitos e emancipação humana, tem se mostrado, conforme diversas pesquisas e autores (Crochík, 2013; Silva, 2007), problemática. Observa-se dificuldades em conseguir garantir o exposto na Legislação específica, a existência de manifestações preconceituosas e de negação ao processo de inclusão escolar, dentre outras demandas que suscitam mais estudos, investigações no sentido de propor reflexões críticas, intervenções e mudanças atitudinais para melhor articular as ações inclusivas com o plano teórico legal de direito.

Portanto a referida consideração propõe e justifica pesquisar a Inclusão Escolar, em escolas da rede pública estadual, na cidade de Salvador. Suas demandas, estrutura, articulações, acertos, avanços, dificuldades, tensões e entraves. Para tanto, aborda-se os segmentos que compõem a escola, a saber: equipe gestora, docentes, discentes, responsáveis pelos estudantes e funcionários. A escuta sensível dos integrantes da escola e ponderações na pesquisa, visam emancipação respectiva.

Com relação a escolha das unidades de ensino para realização do trabalho de campo, os seguintes critérios referenciam o desígnio das duas escolas, lócus da pesquisa: a existência da Sala de Recursos Multifuncionais, enquanto parte importante do processo de inclusão e a não existência da referida sala. Esta diferença oferece a possibilidade de analisar as tensões existentes inerentes ao objeto de pesquisa, no sentido de verificar, a partir do que emerge dos sujeitos partícipes, semelhanças, distanciamentos e repetições

no cotidiano escolar em dois espaços, sendo um deles, a priori, mais inclusivo, na medida em que oferece o Atendimento Educacional Especializado - AEE, e outro onde ele não o disponibiliza.

Dois documentos aludem o processo de construção da pesquisa, a saber: a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008) e as *Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia* (Brasil, 2014). O primeiro por se tratar de uma política fundamental para orientar estados e municípios na implantação de ações inclusivas nos sistemas de ensino e o segundo por se constituir em documento construído e referenciado na política citada no sentido de orientar as escolas quanto as ações locais no Estado da Bahia. Este último serve de base principal para a análise dentre as políticas, pois diz respeito à sua implementação no estado da Bahia, verificação e implementação nas escolas pesquisadas. Além dos dois documentos supracitados, considera-se também a Legislação específica, bem como documentos internacionais - a *Convenção dos Direitos da Criança* (Nova York, 1983), a *Conferência Mundial de Educação para Todos* (Tailândia, 1990), a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais* (Salamanca, 1994) e o *Fórum Consultivo para a Educação para Todos* (Dakar, Senegal, 2000) – que abordam a questão dos direitos à pessoa com deficiência e referenciam a investigação, alicerçada pela Teoria Crítica da Sociedade, escolhida por apresentar, conforme assevera Nobre (2008, p.11), “as coisas como são” sob a forma de *tendências* presentes no desenvolvimento histórico. Tendências enquanto forma de apresentação, em cada momento histórico, de explicitar as configurações concretas, na sociedade, de potencialidades e barreiras à emancipação. Nesse sentido, pensar a emancipação como condições para que as pessoas possam existir, viver em gozo de liberdade e com possibilidades de desenvolver suas potencialidades. Logo, a educação tem por objetivo, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, a emancipação humana, capaz de oportunizar, conforme Adorno (1995, p.141) a produção de uma consciência verdadeira. Emancipação entendida como o mesmo que conscientização das coisas do mundo. Enxergar “as coisas como são”.

O posto para a pesquisa configura-se da seguinte forma: o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência sensorial, físico-motora, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ocorre de forma gradativa, com avanços em meio a precariedades de ordem organizacional, política e humana. Mesmo com uma Legislação avançada no que diz respeito aos direitos humanos e aos aspectos legais concernentes à inclusão, ainda se percebe um distanciamento entre a conjuntura teórica e

sua aplicação prática. Portanto, como construir considerações críticas à luz das perspectivas da política de educação inclusiva efetivadas na escola pública estadual em Salvador? Desta questão, emerge o problema da pesquisa que se configura em contradições, tensões e distanciamentos do processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, na escola pública em Salvador, à luz das políticas inclusivas. Deste problema, intenta-se tecer considerações críticas sobre o processo de inclusão escolar na educação básica da rede estadual, na cidade de Salvador. Fundamental perceber que a relação inclusão e exclusão conforme alerta Silva (2007, p. 138) torna-se simplista se não considera a sociedade na sua totalidade e, sobretudo, se não considera como se manifestam os fatos que evidenciam tais fenômenos.

Isto posto, a seguir, tem-se a descrição dos elementos constitutivos da pesquisa.

O objetivo geral é tecer considerações críticas sobre o processo de inclusão escolar na educação básica da rede estadual, na cidade de Salvador.

Os objetivos específicos pretendidos são:

- a) Averiguar os avanços e entraves existentes no processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência sensorial, físico-motora, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como sua articulação com atendimento educacional especializado nas escolas;
- b) discutir de que modo a presença de pessoas com deficiência na escola interfere na sua dinâmica e cotidiano (relação inclusão/exclusão nas escolas e suas tensões);
- c) evidenciar manifestações de preconceito e resistência ao processo de inclusão escolar, suas configurações, origens e implicações com vistas a possibilitar enfrentamentos emancipatórios.

Da proposta metodológica, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo do tipo estudo de caso com aporte teórico em autores como Theodor Wieselgrund Adorno (1995), José Leon Crochík (2013), Maria Teresa Égler Mantoan (2015), Marcos Nobre (2008) e Luciene Silva (2007). Portanto, considera-se na pesquisa elementos que dizem respeito à inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no contexto educacional, tendo-se por referência as normatizações e políticas de inclusão.

A investigação ocorre em duas escolas públicas da rede estadual de ensino. Dos critérios de seleção, tem-se a existência de sala de recursos multifuncionais e sua ausência, a presença de estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, a disponibilidade dos(as) gestores(as), professores(as), funcionários(as),

responsáveis e estudantes em participar da pesquisa. Os sujeitos (colaboradores) da pesquisa são, portanto, professores (classe comum e de recursos multifuncionais), estudantes, gestores, funcionários, pais e/ou responsáveis.

Os dispositivos para a coleta de dados são entrevistas semiestruturadas, observações, questionário, leitura e análise de documentos dos quais relatórios, projeto político pedagógico e atas. As observações têm por intuito verificar o funcionamento, dinâmica cotidiana das escolas, as relações interpessoais, as atividades realizadas, possíveis conflitos e proposições resolutivas. As entrevistas semiestruturadas desenvolvem-se para que os sujeitos da pesquisa explicitem o ponto de vista sobre a inclusão escolar, o Atendimento Educacional Especializado, percepções acerca do preconceito, deficiência e formação. A aplicação do questionário visa a coleta de informações técnicas, peculiaridades sobre os entrevistados e caracterização das escolas.

Quanto à análise, tem-se o perfil das escolas e aspectos dos entrevistados a partir dos dados recolhidos nos questionários; apreciação das fotografias, documentos, atas e relatórios; transcrição e categorização das entrevistas; triangulação dos dados; análise dos dados à luz dos documentos *Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia*, da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* e do referencial teórico (Teoria Crítica da Sociedade e Educação Inclusiva). Da pesquisa em andamento apresenta-se resultados da etapa de coleta de dados referentes ao lócus, das duas unidades de ensino e sujeitos/colaboradores explicitados em seção posterior, bem como percepções de alguns colaboradores entrevistados.

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil, para apreciação, em 10 de maio de 2023, primeira versão, e após solicitação de alguns ajustes a segunda versão foi enviada em 02 de julho de 2023 tendo sido aprovado em 19 de julho de 2023.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa proposta ancora-se na relevância contemporânea da luta por direitos humanos, dentre eles o acesso e permanência a um sistema educacional de qualidade, igualitário para todas as pessoas, com e sem deficiência. A permanência das discussões e problematizações acerca do tema substancia a tese de buscar, evidenciar para além das aparências superficiais da sociedade os problemas e enfrentamentos constantes entremeados no cotidiano escolar das pessoas com deficiência e transtornos diversos.

Preconceito, desigualdade social, dificuldades do poder público em efetivar políticas públicas voltadas para a inclusão escolar instigam a pensar formas e alternativas para diligentemente enfrentar as complexidades, desenvolver ações, discussões e provocar a reflexão crítica no sentido de suscitar melhorias coletivas na sociedade. O foco da pesquisa proposta, portanto, está no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, os demais partícipes da escola, a saber, docentes, estudantes sem deficiência, gestores, responsáveis pelos educandos e funcionários.

Políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, reflexão crítica da sociedade em uma perspectiva emancipatória dos indivíduos, das relações sociais e a identificação e provocação de tensões para se propor mudanças assertivas no contexto escolar, educacional e inclusivo se sustentam em dois trabalhos relevantes, inicialmente, para o desenvolvimento da pesquisa. São eles: *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008), considerada um marco no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência e as *Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia* (Brasil, 2014), documento amplo e bem alicerçado, possibilita às escolas elaborar e discutir a vida escolar em direções e bases sólidas em caminhos elucidativos e esperançosos, tendo em vista que abrange diversos tópicos importantes para a dinâmica escolar, a saber: provimento, movimentação e programação dos profissionais da Educação Especial/Inclusiva, aspectos operacionais da matrícula, organização das turmas, recursos financeiros, convênios, parcerias e as competências do sistema estadual de ensino para a Educação Inclusiva, além de uma minuciosa revisão da legislação educacional existente desde o referido documento.

A escolha dos autores para esta pesquisa, tal qual o estudo do tema emerge da percepção de que a exigência do debate constante e de iniciativas que visam transformar as estruturas do ensino e desconstrução de preconceitos são aspectos pujantes para ajudar a melhorar e desenvolver o processo de inclusão educacional das pessoas contempladas pela política específica e o entendimento de que a escola precisa passar por transformações organizacionais e atitudinais.

A escolha da Teoria Crítica da Sociedade (Adorno, 1995; Nobre, 2008; Crochík, 2013) para basilar as reflexões frente aos achados da pesquisa, insurge prolífera, na medida em que tem, por característica fundante, descortinar o que se encontra na superfície da sociedade. É uma teoria que trouxe a ideia de esclarecimento com o objetivo de estimular uma percepção mais apurada em relação à instituição de ações padronizadas, tendentes a manter o sistema dominante. Nas tensões da sociedade possibilita-se o

processo emancipatório humano. Tem a função de mostrar que as pessoas não são meros resultados do processo histórico, mas também agentes desse processo. Pode-se dizer que o pensamento teórico-crítico de Adorno está direcionado na negação de todo e qualquer processo de alienação do sujeito, por intermédio da indústria cultural e que conduz a sociedade para a condição de barbárie. Em suas palavras, “a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade” (ADORNO,1995, p.159), portanto, tal ponderação vislumbra articular o contexto da pessoa com deficiência na atual sociedade em que há diversas formas de violência, aos quais estão expostos, desde o cerceamento de direitos a manifestações discriminatórias. Provocar reflexões críticas, à luz da Teoria Crítica da Sociedade pode prestar transformações perceptivas sobre humanidade, respeito e enfrentamento das desigualdades, aqui em questão, no âmbito da escola.

Sobre a Educação Inclusiva, reitera-se que a pesquisa se servirá de autores, dentre os quais, Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), referências nos estudos da área. Enquanto processo de universalização da educação, a inclusão educacional configura-se em prática para promover a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa e a convivência colaborativa inserida na diversidade humana.

Os desafios para a efetivação de uma escola inclusiva são muitos e estão imbricados com todas as dificuldades experienciadas no cotidiano escolar, no entanto a decisão de se mover para o enfrentamento das dificuldades impostas pelo sistema e sociedade, parte que se encontra na contracorrente do entendimento do respeito à diversidade, constitui-se em um passo necessário. As frentes de trabalho são variadas e exigem ações fundamentais de transformação, conforme descreve Mantoan (2015, p.64):

Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para a cooperação, diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados na sala de aulas por professores, gestores, funcionários e alunos, porque essas são habilidades mínimas para o exercício da cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não exclui nem só reprovar a repetência; formar, aperfeiçoar e valorizar o professor a fim de que tenha condições e estímulo para enfrentar um ensino sem exclusões e exceções.

Portanto, prolífero é o campo da educação inclusiva e diversos são os seus pontos de tensão, propostos aqui, a serem investigados, discutidos e desvelados, concatenado com o que assegura Nobre (2008, p.10-11) acerca da Teoria Crítica, cuja tarefa primeira é a de apresentar “as coisas como são” sob a forma de *tendências* presentes no

desenvolvimento histórico [...] “tendência” significa, então, apresentar a cada vez, em cada momento histórico, os arranjos concretos tanto dos potenciais emancipatórios quanto dos obstáculos à emancipação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realiza-se em duas escolas da rede estadual de educação básica na cidade de Salvador, sendo uma com Sala de Recursos Multifuncionais e outra sem. Inicialmente, foram feitas visitas para reconhecimento das unidades de ensino e verificar se há pessoas com deficiência matriculadas. O diálogo inicial deu-se com a direção das unidades de ensino, diretor e diretora. Denomina-se as escolas por nomes fictícios, no sentido de garantir-lhes privacidade de acordo com os termos de confidencialidade. Os nomes são: Escola 1 e Escola 2.

A Escola 1 foi fundada em 1954 por iniciativa do Exército, atendia uma pequena clientela de soldados analfabetos e a comunidade. Em 1957, o Exército conseguiu, junto à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, aumentar o quadro de pessoal e nomear a primeira diretora. Nessa gestão, a escola foi ampliada e passou a compor quatro salas, com funcionamento nos três turnos; à noite, atendia aos soldados e nos turnos matutino e vespertino, à comunidade em geral. Em 6 de fevereiro de 1981 a Escola foi regulamentada pela Secretaria da Educação, através da Portaria nº 199, publicada em Diário Oficial. Em 1984, ano em que a Escola passou a contar com treze salas, foi firmado um convênio entre a Secretaria da Educação e o Exército, onde essa Unidade Militar cedeu o imóvel em que funciona a escola e, em troca, a Secretaria assumiu integralmente a responsabilidade pela gestão da unidade escolar. Atualmente, o público discente da escola é composto por estudantes residentes em diversos bairros que a circundam, dentre os quais, muitos com deficiência e transtornos diversos. Este aspecto é importante destacar por se tratar de uma unidade de ensino que, em função do acolhimento e ações voltadas para o público-alvo do atendimento educacional especializado, se tornou referência no bairro e circunvizinhança como “escola de inclusão”. A existência de uma sala de recursos multifuncionais com a presença de profissionais com formação específica e experiência fez gerar uma relação de confiança e tranquilidade nos estudantes e seus responsáveis, tornando-se multiplicadores nas informações sobre a escola e respectiva equipe de trabalho. Mesmo vista como referência, a unidade de ensino enfrenta as dificuldades comuns verificadas no sistema de ensino. O Projeto Político Pedagógico que norteia as

ações da unidade de ensino está pautado no ideário propositivo de uma escola inclusiva, onde os estudantes possam desenvolver habilidades e competências, adquirir conhecimentos necessários à vida em tempos de transformações tecnológicas, econômicas e culturais.

Caracterização da Escola 1*

Ano de criação:	1954.	Número de estudantes com deficiência visual	Não há.
Nível de ensino:	Fundamental II	Número de estudantes com deficiência físico/motora	4 estudantes.
Gestores(as):	1 diretora geral, 1 vice-diretora, 1 secretária e 2 coordenadoras pedagógicas.	Número de estudantes com deficiência Intelectual	30 estudantes.
Número total de estudantes:	720 (em 2023).	Número de estudantes com surdez	Não há.
Número de estudantes/turno:	Matutino – 437/ Vespertino – 283.	Número de estudantes com transtornos globais	14 estudantes.
Número de salas de aula:	Matutino – 13/ Vespertino – 10.	Número de estudantes com altas habilidades/superdotação	Não há.
Número de turmas por série/turno:	Matutino – 6ºano – 3 / 7ºano – 3 / 8º ano – 4 / 9ºano – 3. Vespertino – 6ºano – 2 / 7ºano – 3 / 8º ano – 2 / 9ºano – 3.	Tipo de apoio pedagógico para os estudantes com deficiência: (professor especializado fixo ou itinerante)	3 docentes, 2 técnicos de educação inclusiva (1 para cada turno).
Número de professores:	Efetivos – 27 / Em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) – 12.	Tem intérprete de Libras na escola?	Não.
Sala de recursos multifuncionais:	1 sala.	Tem instrutor de Libras na escola?	Não.
Ano de implantação da sala de recursos:	2010.	Tem livros em braille na biblioteca?	Não.
Turnos de funcionamento da Sala de Recursos:	Matutino e vespertino.	Tem adaptação arquitetônica?	Sim (parcialmente).
Número de professores que atuam em Sala de Recursos:	2 professoras (uma com 20 horas e outra com 40 horas) e 1 professor (40 horas), sendo duas no matutino e 3 no vespertino.	A escola tem cuidador educacional?	3 cuidadores educacionais (2 com 7 horas e 1 com 14 horas. Atuam 2 por turno).
Número de estudantes com deficiência:	48 estudantes.	A partir de quando a escola passou a matricular estudantes com deficiência?	A escola sempre efetivou a matrícula de estudantes com deficiência,

* Dados referentes ao ano letivo de 2023.

A Escola 2 foi fundada em 31 de janeiro de 1979, conforme publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia, através da Portaria nº715/78. Foi a primeira unidade de ensino da região, Cabula, com 2º grau, atual Ensino Médio. A primeira diretora tomou posse em 1980, ocasião da sua inauguração. A escola passou por muitas mudanças de gestores, governos e projetos de ensino, tendo enfrentado ainda um incêndio que destruiu grande parte do acervo histórico da instituição. Atualmente oferece os ensinos Fundamental II e Médio e funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Não possui sala de recursos multifuncionais e manifesta dificuldades em servir um atendimento educacional adequado às pessoas com deficiência.

Caracterização da Escola 2*

Ano de criação:	1979.	Número de estudantes com deficiência visual	Não há.
Nível de ensino:	Ensino Médio e Médio Técnico	Número de estudantes com deficiência físico/motora	Não informado.
Gestores(as):	1 diretor geral, 1 vice-diretor, 1 secretaria e 2 coordenadoras pedagógicas.	Número de estudantes com deficiência Intelectual	Não informado.
Número total de estudantes:	1.805 (em 2023).	Número de estudantes com surdez	Não há.
Número de estudantes/turno:	Matutino – 786 estudantes / Vespertino – 485 estudantes / Noturno – 534 estudantes	Número de estudantes com transtornos globais	Não informado.
Número de salas de aula:	28 salas de aula (cada turno).	Número de estudantes com altas habilidades/superdotação	Não há.
Número de turmas por série/turno:	1º ano – 8 turmas, sendo duas delas do ensino técnico / 2º ano – 8 turmas, sendo duas delas do ensino técnico / 3º ano – 8 turmas, sendo uma delas do ensino técnico.	Tipo de apoio pedagógico para os estudantes com deficiência: (professor especializado fixo ou itinerante)	Auxílio na adaptação das avaliações e atividades, leitura para melhor compreensão(ledor), atividades lúdicas para favorecer a aprendizagem do estudante.
Número de professores:	Efetivos – 27 / Em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) – 12.	Tem intérprete de Libras na escola?	Não.
Sala de recursos multifuncionais:	1 sala.	Tem instrutor de Libras na escola?	Não.
Ano de implantação da sala de recursos:	2023.	Tem livros em braille na biblioteca?	Não.
Turnos de funcionamento da Sala de Recursos:	Matutino e vespertino.	Tem adaptação arquitetônica?	Sim (parcialmente). Rampas e banheiros especializados.
Número de professores que atuam em Sala de Recursos:	2 técnicas de educação inclusiva.	A escola tem cuidador educacional?	Não.
Número de estudantes com deficiência:	17 estudantes.	A partir de quando a escola passou a matricular estudantes com deficiência?	2012.

* Dados referentes ao ano letivo de 2023.

A primeira visita com o objetivo de apresentar a pesquisa ocorreu na Escola 1. O contato foi feito, diretamente, com a diretora geral. Gentilmente estabeleceu breve diálogo e combinou uma possível data e horário para ser feita a apresentação da pesquisa. O agendamento efetivou-se na terceira visita na qual a gestora, em uma tarde agradável, recebeu o pesquisador prestando-lhe tempo e atenção necessárias. Na ocasião o projeto de pesquisa foi apresentado, objetivamente, bem como feita a leitura da documentação pertinente, dentre os termos, autorizações e considerações sobre a aprovação da pesquisa junto ao Comitê de Ética. Franqueou-se à gestora um momento para fazer perguntas e esclarecer possíveis dúvidas.

O segundo contato, para a realização da pesquisa, aconteceu na Escola 2. Inicialmente, a recepção deu-se por parte da secretária do colégio. Na ocasião, o diretor foi informado sobre o interesse da realização da pesquisa na unidade de ensino o qual demonstrou reciprocidade. Toda a documentação foi devidamente apresentada e explicada, foi dado um momento de fala para o diretor para que pudesse tirar dúvidas, o que não houve, e então foi feito o convite para participar da pesquisa como colaborador-entrevistado, o que de pronto aceitou. Das primeiras coletas realizadas nas Escola 1 e 2, entre entrevistas, diálogos e observações, foi possível constatar algumas tensões relacionadas ao processo de inclusão escolar e temas constitutivos tais quais ações promotoras da inclusão, formação e presença de pessoas com deficiência na escola. A funcionária entrevistada, da Escola 1, quando perguntada sobre em que medida se percebe

o apoio ou resistência por parte da comunidade escolar a inclusão de pessoas com deficiência afirmou:

É, é nítido, né? Porque assim, ainda existe aquele preconceito das pessoas se dirigirem às pessoas com deficiência e dizem assim: “Ah, maluco”, “ele não bate bem”, não é? Esses termos e não conseguem compreender que ele (estudante) tinha uma certa limitação, não é? Não conseguem, então ainda existe isso (preconceito). Tem pessoas que ainda não tem essa sensibilidade de ver o “problema” do outro (Escola 1. Funcionária da secretaria, 2023).

Mesmo com mudanças significativas na dinâmica escolar com a incorporação das pessoas com deficiência o preconceito é identificado e, portanto, indicativo para a urgência de ações educativas, formativas permanentes na escola, todos os anos, para enfrentar a específica forma de violência. Existe receio por parte de alguns professores, estudantes e funcionários na convivência com pessoas com deficiência, logo, é possível aludir do exposto sobre à formação como elemento fundamental de mudanças perceptivas e atitudinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intensões preliminares da pesquisa emergem do interesse em possibilitar a expansão de discussões sobre educação inclusiva, seus desafios e o Atendimento Educacional Especializado - AEE configurado nas escolas, o que contribui para a perspectiva de ampliação da pesquisa no sentido de estender as discussões críticas para as unidades de ensino da educação básica e os segmentos que a compõem - estudantes com ou sem deficiência; professores da classe comum e das salas de recursos, gestores, pais e/ou responsáveis, funcionários e ainda a estrutura de apoio a educação inclusiva representada pelos Centros de Educação Especial e a Coordenação de Educação Especial da Secretaria de Educação do Estado da Bahia na rede estadual de Salvador.

A jornada emancipatória, crítica, provocativa e transformadora aspira estabelecer uma caminhada, provocar e manter os estudos sobre inclusão escolar e sociedade, por intermédio da pesquisa e enfrentamento das injustiças, da ignorância e do preconceito, alicerçados pela Teoria Crítica da Sociedade, com vistas a ampliar as questões discursivas dentro da temática educação inclusiva e pontos como diversidade, diferença, deficiência, sociedade e humanidade, com um trabalho que permita uma reflexão crítica nos âmbitos da educação básica e superior, bem como sustentáculo para estudos no âmbito educacional e provocador de ações assertivas com vistas a aperfeiçoar

o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência e transtornos diversos. Que seja um instrumento emancipatório de saberes, ações e humanidades.

Dos benefícios da pesquisa, intenta-se provocar o entendimento e reflexão crítica acerca do processo da inclusão escolar e gerar caminhos emancipatórios no sentido de aprimorar o processo educacional estudado. Nesse sentido, oferecer aos estados, municípios, comunidade escolar, pesquisadores e interessados possibilidades de pensar ações inclusivas, formas de enfrentamento às manifestações preconceituosas, a partir da pesquisa e dos seus resultados. Adentrar no cotidiano escolar, nas tensões existentes no processo de inclusão e avançar para pensar estas questões. Pretende-se realizar ações nas escolas partícipes da pesquisa a partir da devolutiva do trabalho realizado. Estas ações pretendem se incorporar na perspectiva de atitudes de luta e enfrentamento das diversas formas de preconceito e resistência à diversidade humana, com o entendimento de que se faz necessário uma formação cultural capaz de enfrentar as tentativas e ações que visam limitar as manifestações das diferenças e da diversidade humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 190 p.

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2014. 148 p. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em 10 de abr. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf> Acesso em 05 de mai. 2024.

CROCHÍK, J. L *et al.* **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 168 p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. 95 p.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. 80 p.

SILVA, L. M. Aspectos constitutivos para uma análise da escola inclusiva. *In: Memória e formação de professores*. DIAS, A. HETKOWSKI (Org.), Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133 - 140.

